FILIAIS E AGÊNCIAS

- FILIAL DO PORTO-

Enquadramento

Conforme se poderá concluir do art.º 1º da Carta de Lei de 10 de abril de 1876, promulgada pelo Rei D. Luís e publicada em Diário do Governo do dia 29 desse mês, a criação da Caixa Geral de Depósitos tinha associada a intenção de se implantar a nível nacional, nomeadamente nas capitais de distrito: *«Os cofres centrais dos districtos do continente do reino e ilhas adjacentes são considerados delegação da mesma caixa.»*[1].

Esta medida iria permitir a expansão da Caixa, promovendo o aumento de balcões disponíveis para os clientes e, paralelamente, aumentando a qualidade dos serviços disponibilizados através da descentralização dos serviços e da maior rapidez de atendimento.

Neste contexto, *«O art.º 95.º do regulamento provisório estabelecia um calendário para a transferência dos valores de Depósito Público: ao longo do primeiro semestre de 1877 foram marcadas cinco datas para a instalação gradual da Caixa em Lisboa, no Porto e nas restantes comarcas»*[2].

Pela Lei de 27 de junho de 1913 (publicada em *Diário do Governo*, nº 148, datado de 27 de junho de 1913), foram definidas as aberturas das filiais do Porto e de Coimbra. Os respetivos quadros de pessoal foram estipulados através do Decreto nº 109, publicado em *Diário do Governo*, nº 204, datado de 1 de setembro de 1913[3].

Inicialmente alojada em instalações provisórias, com inauguração em 1 de janeiro de 1914, foi decidida a construção de um edifício de raiz que permitisse corresponder às exigências de um setor de atividade que se pretendia em desenvolvimento.

Através do Ofício n.º 869, datado de 25 de janeiro de 1916, o Administrador Geral da Caixa (José Estevão de Vasconcelos) solicita à Câmara Municipal do Porto *«(…) que, antes de efectuar qualquer venda de terreno, seja ouvida esta Administração Geral, pois é do seu intuito construir na mesma Avenida um edifício destinado à Filial da Caixa Económica Portuguesa.»*[4], tendo a Câmara Municipal,

[1] PEREIRA, Raul da Silva, *História da Caixa Geral de Depósitos*, Edição do Autor - Patrocinada pela Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2007, p. 95.
[2] PEREIRA, Raul da Silva, *História da Caixa Geral de Depósitos*, Edição do Autor - Patrocinada pela Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2007, p. 113.
[3] BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura* (1920-1970), Vol. I, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012, p. 80.
[4] Gabinete Património Histórico – Arquivo Histórico C.G.D..

através do Ofício n.º 415 de 5 de fevereiro de 1916, mostrado disponibilidade para aceder à solicitação da Caixa *«(…) a quem a Câmara procurará coadjuvar, tanto quanto lhe fôr possível, na construção do edifício (…)»*.

O projeto do edifício foi elaborado entre 1924 e 1925 e é da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)[5], que integrou, e chegou a dirigir, o serviço de arquitetura da Caixa no período entre 1920 e 1929.

A obra decorreu no período de vigência da Administração liderada, entre 2 de fevereiro de 1918 e 7 de outubro de 1931 (com um interregno), por Daniel José Rodrigues (1917-1931), período no qual ainda se refletiam no setor bancário os efeitos negativos da crise de 1923, apresentando-se a Caixa, no entanto, como uma entidade fidedigna no que aos depósitos dizia respeito, reforçada pela garantia do Estado do reembolso dos depósitos efetuados.

A construção

Em documentação datada de 19 de julho de 1924, o arquiteto Pardal Monteiro informou a Administração da Caixa da possibilidade de se iniciarem os trabalhos. Já se encontravam concluídos os projetos referentes aos alicerces e caves do edifício, tendo no dia 12 de agosto desse ano, o administrador Pedro Alfredo Morais Rosa (vogal entre 20 de maio de 1919 e 22 de outubro de 1928), informado a Secção de Obras e Edifícios da autorização do início dos trabalhos.

A condução das obras ficaria sob direção e responsabilidade técnica do arquiteto Pardal Monteiro *«(…) nos termos da condição 6ª da Ordem de Serviço nº 1443 (…)»*[6], sob fiscalização de um construtor civil da confiança do arquiteto.

De acordo com informação do arquiteto Pardal Monteiro, datada de 16 de janeiro de 1925, à Administração da Caixa, para a construção do edifício, apresentou-se como necessário proceder à demolição de diversos imóveis que se situavam na antiga Rua do Laranjal, correspondendo aos n.ºs 98 a 102 (antigos vestíbulos do Teatro Nacional do Porto) e 104 a 110.

Os materiais resultantes destas demolições seriam objeto de venda, ato para o qual a Secção de Obras e Edifícios da Caixa solicitou autorização à Administração para efetuar, sendo publicado em 4 de janeiro de 1927 na imprensa da época, *Jornal de Notícias* e *O 1º de Janeiro*, o seguinte anúncio:

[5] Foi autor de diversas obras de nomeada (em Lisboa): Estação Ferroviária do Cais Sodré (1926); Instituto Superior Técnico (1927); Instituto Nacional de Estatística (1931); gares marítimas de Alcântara e Conde de Óbidos (1934); Edifício Diário de Notícias (1936); Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1949); Hotéis Tivoli (1952) e Ritz (1954); início dos projetos para a Cidade Universitária (1952) e Biblioteca Nacional de Portugal (1954); entre outras, algumas delas distinguidas com o Prémio Valmor.

[6] Gabinete de Património Histórico da C.G.D. - 01A0/1LRG 2/4/2-06 Ordens de Serviço 1251 a 1500

«Venda de materiais da demolição dos edifícios que estão no local da construção da filial (portões, azulejos, caixilhos, grades de ferro, chumbo, etc).»[7].

Dada a importância da obra realizada, a mesma foi objeto de um artigo publicado na revista da especialidade, *Arquitectura*, que, no seu nº 21 datado de 1931 sob o título *Uma boa obra de arquitectura*, traça acentuados elogios ao edifício *«(…) cuja importância arquietctónica, poucas nestas últimos tempos se lhe tem chegado (…) de todos os edifícios ultimamente construídos na primeira artéria da capital do norte, o mais belo pela sua sobriedade (…)»*[8], fornecendo descrições bastante pormenorizadas de cariz arquitetónico e técnico.

Assim, e ao nível do rés-do-chão, eram referidas as colunatas de estilo jónico, os portões em cobre e ferro forjado. Salienta-se a descrição do hall, de planta octogonal, em torno do qual se localizavam os diversos serviços, e que se encontra rodeado por uma galeria apoiada sobre oito pilares em mármore azulino, encimado por teto envidraçado, decorado e dotado com iluminação indireta.

As paredes revestidas a mármore apresentam baixos-relevos dos artistas Anjos Teixeira, António da Costa, Henrique Moreira e Alexandre Silva, sendo os mosaicos da autoria de Ricardo Leone. Em 21 de fevereiro de 1931, através do Ofício n.º 346, foi adjudicada ao artista Martinho da Fonseca a execução de duas telas para decoração do gabinete do Diretor de Serviços de Filial[9].

O mesmo artigo refere um pormenor importante inerente à atividade bancária, enquanto equipamento afeto à segurança, pois *«A sinalização e alarme é do que há de mais moderno e melhor no género, sendo os aparelhos fornecidos pela casa especialista Fichet, de Paris que é de sobeja garantia.»*.

Da consulta da documentação existente, foi possível elaborar uma lista das empresas envolvidas na construção: *A Vidrália, L.ª* - vidros; *Amadeu Gaudêncio* (construção civil); *Avelino Barrote* (ferragens); *Empreza dos Cimentos de Leiria* (cimentos); *Fábrica de Cerâmica Lusitânia* (azulejos); *Fernando Antonio de Castro & C.ª* (vidros); *G. Perez, Lda* (eletricidade e sinalização); *Industrial Marmorista* (mármores); *Joaquim Peixoto Alves & C.ª* (serralharia artística e civil e cofres Fichet); *Leone* (mosaicos de arte); *Marques Pinto, Irmãos* (madeiras); *Sociedade Industrial Metalúrgica* (serralharia artística).

Salientamos a particularidade histórica de, o atual edifício sede da Caixa se localizar em terrenos adquiridos na década de 80 a uma das empresas que colaborou na construção do edifício da filial em análise – a empresa Fábrica de Cerâmica Lusitânia.

[7] Gabinete de Património Histórico da C.G.D. - Arquivo Histórico, Cx. 20, Pastas DPO-124/125.
[8] Revista *Arquitectura*, "A Filial do Porto da Caixa Geral de Depósitos, Ano IV do 2.º volume, n.º 21, OUT.-NOV. – 1931, pp. 85-88, In Gabinete Património Histórico – Arquivo Histórico C.G.D..
[9] Gabinete de Património Histórico da C.G.D. - Arquivo Histórico, Cx. 20, Pasta DPO-130.

As modernizações

Através do Ofício n.º 273-A.P. datado de 11 de abril de 1946, foi proposto à Administração da Caixa um anteprojeto, da autoria do engenheiro Nogueira Soares, para remodelação do rés-do-chão do edifício, numa área anteriormente ocupada pela Guarda Nacional Republicana.

Em 25 de agosto de 1953 realizou-se o concurso público para a execução das obras de*"Remodelação e ampliação da Filial da CGD do Porto"* tendo, para o efeito, sido adjudicados os trabalhos à firma Grave & Minas, decisão que obteve os pareceres favoráveis do Conselho Superior de Obras Públicas em 31 de julho de 1953, com alterações por parte do ministro da tutela José Frederico Ulrich (1905-1982), e da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conforme processo 60.128/1012 de 28 de novembro de 1953[10].

Pretendia-se, ao modernizar o edifício em causa, torná-lo mais adequado aos serviços disponibilizados, face às exigências do mercado.

Para isso, foi elaborado um projeto de remodelação e ampliação do mesmo, o qual pretendia implementar melhorias no sistema de ventilação do hall do rés-do-chão e alterar o escoamento das águas para a rede pública de esgotos, entre outras iniciativas.

Saliente-se os trabalhos para a instalação dos Serviços Sociais na Filial do Porto, realizados pela firma *Joaquim de Almeida*, conforme processo Proposta n.º 430 de 14 de janeiro de 1968 do Ministério das Obras Públicas.

Posteriormente, nos finais da década de 60, foram adquiridos dois edifícios, um dos quais ocupado pelo *Jornal de Notícias*, entretanto transferido para outras instalações, representando uma área total de 2.000 m², que permitiria uma construção com área coberta de 10.500 m².

Em 1984 foram abertas ao público novas instalações, após diversas intervenções que visaram a ampliação das áreas de serviços, permitindo melhorar as condições de trabalho face ao crescente aumento da atividade, nomeadamente, afetas às atividades de crédito (para as quais foi criada a Direcção de Crédito do Norte - DCN).

As novas instalações eram constituídas por três edifícios interligados: um com seis pisos, prolongando a frontaria do antigo edifício da filial da Avenida dos Aliados dado o seu valor arquitetónico e patrimonial; outro com sete pisos, com frente para a Praça de D. João I; e um terceiro, que permitiu a ligação entre os dois anteriores, possuindo três pisos e duas caves, as quais eram destinadas a equipamentos técnicos diversos (central de ar condicionado, grupo de emergência e posto de transformação, ambos afetos ao fornecimento de energia elétrica) e parqueamentos.

Os pisos destinados, maioritariamente ao público, encontravam-se dotados de escadas rolantes e ascensores, permitindo o acesso a serviços diversificados como sejam: depósitos, títulos,

[10] Gabinete de Património Histórico da C.G.D. - Arquivo Histórico, Cx. 25, Pasta DPO-160.

informações e câmbios. Os pisos superiores estavam destinados aos restantes serviços. De referir a existência de um auditório com cerca de 120 lugares, localizado no último piso do edifício onde se encontra instalada a Agência Sede do Porto.

Decorreram, recentemente, obras de remodelação dos espaços, com vista a modernizar e dotar as instalações de infraestruturas adequadas aos novos desafios, sendo de registar a instalação, no hall octogonal, de uma livraria afeta à atividade da Culturgest.

Referências bibliográficas

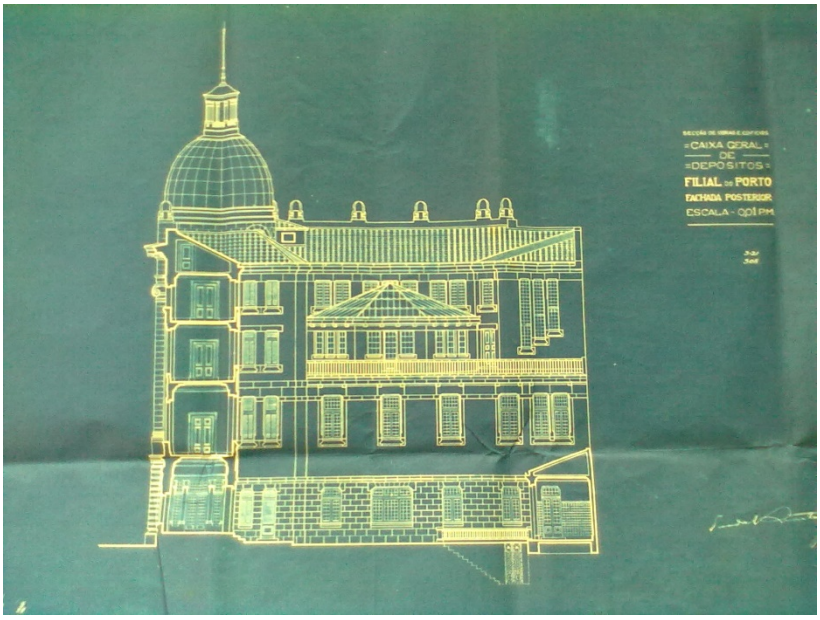
- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos;
- *Boletins de Informação Interna;*
- BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura* (1920-1970), Vol. I, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012;
- BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura* (1920-1970), Vol. III, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012;
- LAINS, Pedro, *História da Caixa Geral de Depósitos 1910-1974: política, finanças, e economia na República e no Estado Novo*, Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008;
- PEREIRA, Raul da Silva, *História da Caixa Geral de Depósitos*, Edição do Autor - Patrocinada pela Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2007;
- Revista *Arquitectura*, "A Filial do Porto da Caixa Geral de Depósitos", Ano IV do 2.º volume, n.º 21, OUT.-NOV. – 1931, In Gabinete Património Histórico – Arquivo Histórico C.G.D..

Joaquim Pombo Gonçalves

Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Fevereiro de 2015

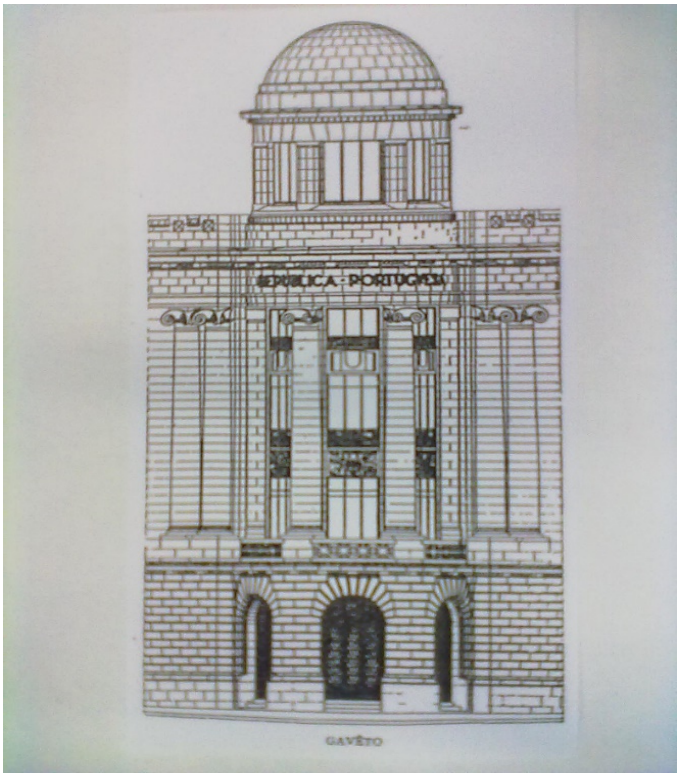
GALERIA DE FOTOS



Fachada Posterior – 1927

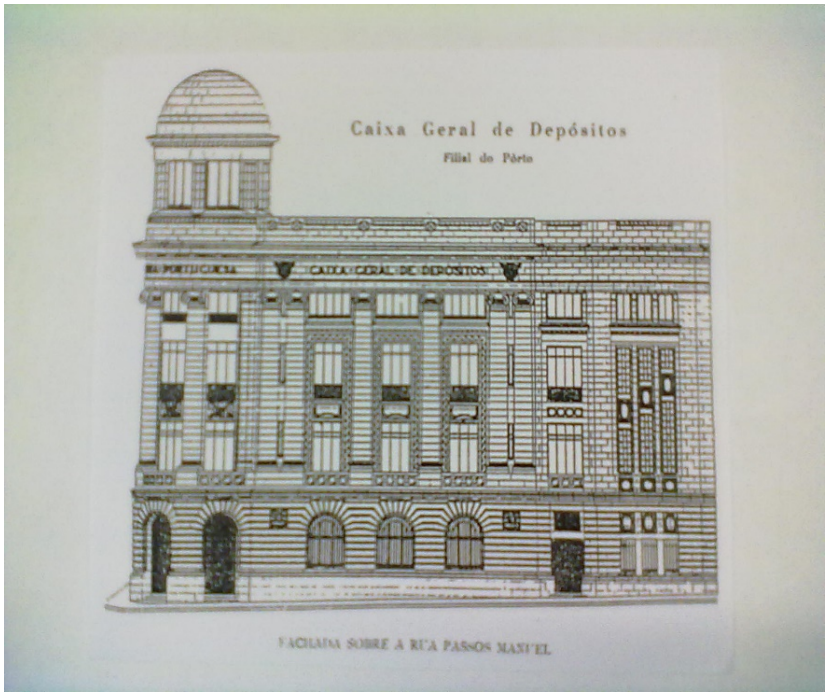
Fonte: Gabinete de Património Histórico-Arquivo Histórico

Cx. 23 – DPO; Pasta – 131



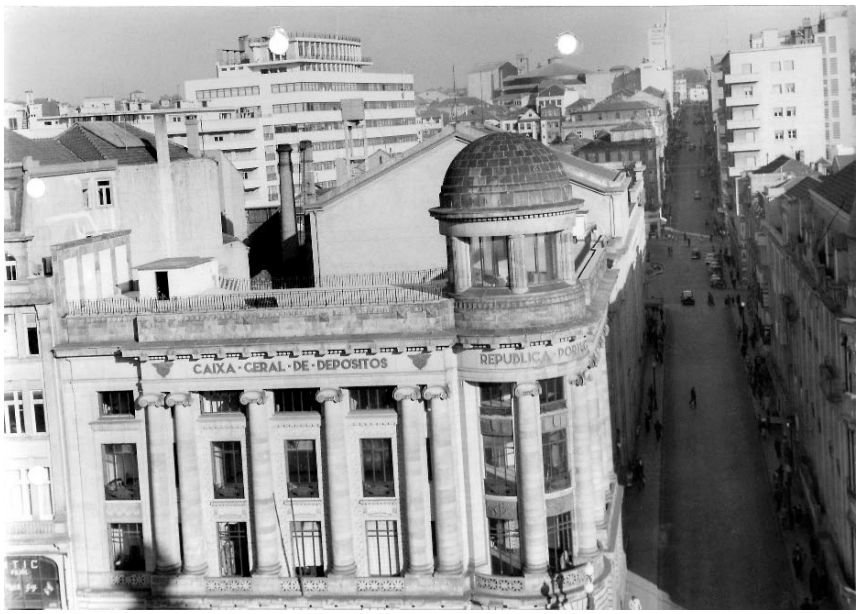
Planta da fachada de gaveto

Fonte: Revista Arquitectura, N.º 21, 1931



Planta da fachada sobre a Rua Passos Manuel

Fonte: Revista Arquitectura, N.º 21, 1931



Fotografia da fachada de Gaveto

S/data [1963?]

Fonte: Gabinete de Património Histórico-Arquivo Histórico

Cx. 23 – DPO; Pasta - 159

Daniel José Rodrigues - 7º Administrador 1917/1918, 1988

Óleo sobre tela | 100 x 80 cm | Inv. 276580

Cortesia da artista Carlota Emauz (1955)

Fonte: Gabinete Património Histórico da C.G.D.

Fotografia do auditório do edifício da filial do Porto - S/data [1984?]

Fonte: Direção Negócio Imobiliário – C.G.D.

Fotografia do hall octogonal do edifício da filial do Porto - 2012

Fonte: Culturgest

Fotografia do hall octogonal do edifício da filial do Porto - 2012

Fonte: Culturgest

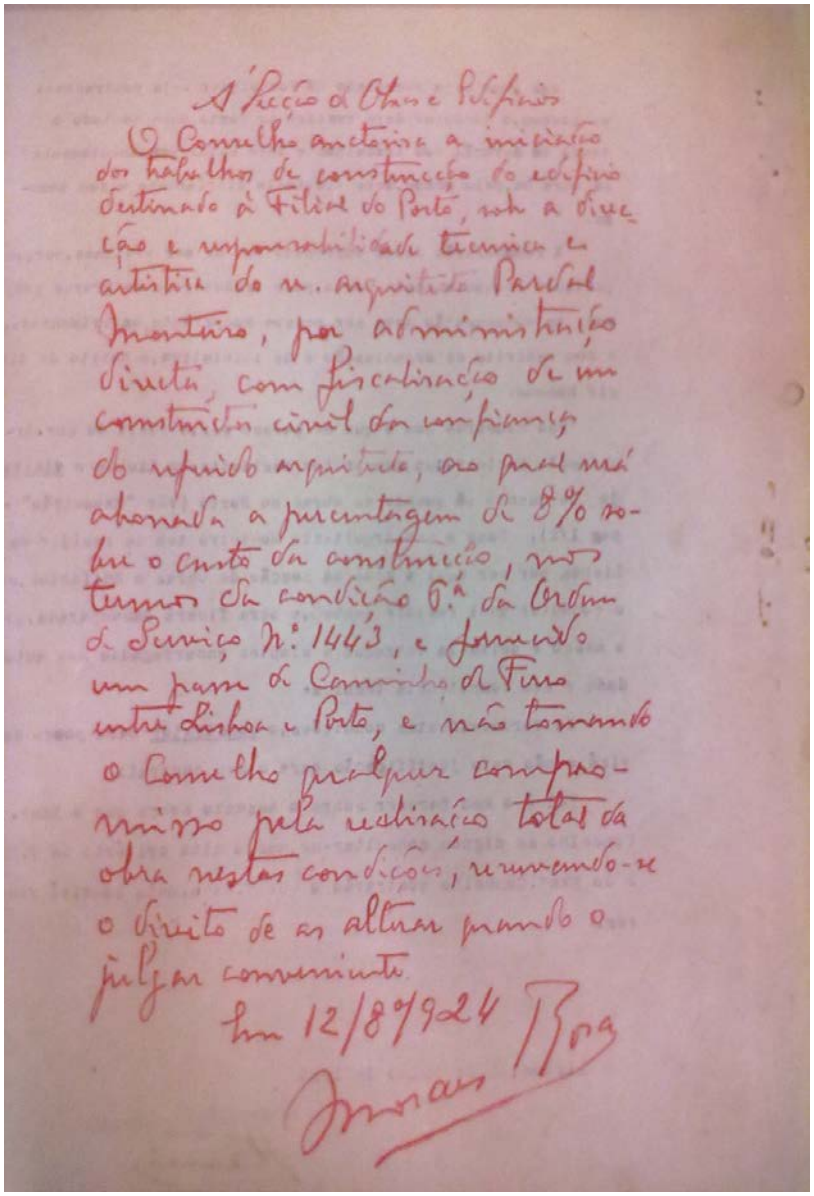
Fotografia do hall octogonal do edifício da filial do Porto - S/data [2013?]

Fonte: Culturgest – C.G.D.

Fotografia do hall octogonal do edifício da filial do Porto/Livraria da Culturgest

S/data [2013?]

Fonte: Culturgest – C.G.D.



A Secção de Obras e Edifícios

O Conselho autoriza a iniciação dos trabalhos de construcção do edifício destinado à Filial do Porto, sob a direcção e responsabilidade técnica e artística do sr. arquitecto Raúl Monteiro, por administração directa, com fiscalização de um constructor civil da confiança do referido arquitecto, ao passo que é abonada a percentagem de 8% sobre o custo da construcção, nos termos da condição 6.ª da Ordem de Serviço n.º 1443, e fornecido um passe de Caminho de Ferro entre Lisboa e Porto, e não tomando o Conselho qualquer compromisso pela realização total da obra nestas condições, reservando-se o direito de as alterar quando o julgar conveniente.

Em 12/8/924

Moraes Rosa

Autorização para a construção da Filial do Porto

Fonte: Gabinete de Património Histórico-Arquivo Histórico

Cx. 20 – DPO; Pasta-125